322144

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA
(Parte 3 – Conhecimentos Específicos)

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL – GESTÃO TRIBUTÁRIA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG | Inscrição | Prédio | Sala | Carteira

FUNDAÇÃO vunesp

Confidencial até o momento da aplicação.

Confidencial até o momento da aplicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil, Direito Empresarial e Direito Criminal

01. A respeito do tema "domicílio", assinale a alternativa correta. Dispõe o Código Civil que

(A) o domicílio do incapaz é aquele designado pelo Juizado da Infância e da Juventude.

(B) o domicílio do servidor público é o lugar em que exercer temporariamente suas funções.

(C) a pessoa jurídica que possui diversos estabelecimentos, em lugares diferentes, deverá declinar apenas de um deles como domicílio para todos os atos praticados.

(D) nos contratos escritos, não poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

(E) possuem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

02. Sobre a temática da "prova" no Código Civil, assinale a alternativa correta. Como regra geral, pode(m) ser admitida(s) como testemunha(s)

(A) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes e os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consanguinidade, ou por afinidade.

(B) o amigo íntimo ou o inimigo capital das partes.

(C) a pessoa com deficiência.

(D) o interessado no litígio.

(E) os menores de dezesseis anos.

03. Sobre o tema "cessão de crédito", de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que

(A) o cedente responderá pela solvência do devedor, ainda que haja estipulação em contrário.

(B) o devedor não poderá opor ao cessionário as exceções que lhe competiam, nem as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.

(C) a cessão de um crédito resultará na abrangência de todos os seus acessórios, ainda que haja disposição em contrário.

(D) independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.

(E) o cessionário de crédito hipotecário não pode fazer averbar a cessão no registro do imóvel.

04. O Código Civil trata o tema "regime de bens entre os cônjuges" como assunto de direito patrimonial em Direito de Família. Diante do exposto, é correto afirmar que, no regime da comunhão parcial de bens, **excluem-se** da comunhão

(A) os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior.

(B) as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.

(C) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

(D) os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges.

(E) os bens adquiridos, em nome de um dos cônjuges, na constância do casamento, por título oneroso.

05. Assinale a alternativa correta. Quanto à sucessão legítima, dispõe o Código Civil que,

(A) na falta de descendentes, são chamados à sucessão os ascendentes, sem a concorrência com o cônjuge sobrevivente, por já fazer jus à meação.

(B) se não houver colaterais, até o quinto grau, será chamado a suceder o cônjuge sobrevivente.

(C) não sobrevivendo cônjuge, ou companheiro, nem parente algum sucessível, ou tendo eles renunciado à herança, ela será devolvida ao Município ou ao Distrito Federal, se localizada nas respectivas circunscrições, ou à União, quando situada em território federal.

(D) em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro aos colaterais.

(E) na sucessão do falecido, os irmãos unilaterais herdarão, na condição de igualdade, com os irmãos bilaterais.

06. Autoriza o Código Civil que, no caso de abuso da personalidade jurídica, o juiz pode, a requerimento da parte ou do Ministério Público, quando a esse couber intervir no processo, para efeitos de certas e determinadas relações de obrigações, desconsiderar a personalidade jurídica, a fim de que os bens particulares de seus administradores ou de seus sócios, beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso, respondam pelas obrigações. A esse respeito, é correto afirmar que

(A) confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

(B) a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica, por si só, caracteriza desvio de finalidade.

(C) o abuso da personalidade jurídica pode ser caracterizado pelo desvio de finalidade, assim entendido como a ausência de separação de fato, entre os patrimônios da pessoa jurídica e de seus sócios ou administradores, decorrente de atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

(D) constitui desvio de finalidade a ausência de separação entre os patrimônios, da pessoa jurídica e de seus sócios ou administradores, caracterizada pela transferência de ativos ou passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor insignificante.

(E) consiste em hipótese que caracteriza confusão patrimonial o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.

07. Nos termos em que dispõe o Código Civil, todo complexo de bens organizado para o exercício da empresa, por empresário ou por sociedade empresária, é considerado estabelecimento. No que se refere ao tema, em particular, é correto afirmar que

(A) o estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

(B) o contrato de trespasse do estabelecimento passará a produzir efeitos a partir da data em que for celebrado, passando o adquirente a responder pessoalmente pelas obrigações assumidas pelo alienante até referida data.

(C) a cessão de créditos referentes ao estabelecimento objeto de trespasse passará a produzir efeitos, em relação aos respectivos devedores, a partir da assinatura do instrumento, mas não ficará exonerado o devedor que, mesmo de boa-fé, pagar ao cedente.

(D) o estabelecimento é o local em que o empresário ou a sociedade empresária exerce a atividade empresarial, podendo ser físico ou virtual.

(E) se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia do trespasse do estabelecimento ficará condicionada ao pagamento da maioria dos credores.

08. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às sociedades dependentes de autorização.

(A) Independem de aprovação as modificações do contrato social ou do estatuto de sociedade sujeita à autorização do Poder Executivo, salvo se decorrerem de aumento do capital social, em virtude de utilização de reservas ou reavaliação do ativo.

(B) As sociedades anônimas nacionais, que dependam de autorização do Poder Executivo para funcionar, não se constituirão sem obtê-la, quando seus fundadores pretenderem recorrer a subscrição pública para formação do capital.

(C) A competência para autorização da sociedade que dela dependa para funcionar será do Poder Executivo Estadual do local onde for estabelecida a sua sede.

(D) A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil ficará sujeita às leis e aos tribunais brasileiros, tanto quanto aos atos ou operações praticados no Brasil, quanto aos que vierem a praticar no exterior.

(E) A sociedade estrangeira admitida a funcionar no País, ainda que transfira sua sede para o Brasil, não poderá nacionalizar-se, mantendo sua nacionalidade de origem.

09. Quanto à personalidade, as sociedades são classificadas como personificadas e não personificadas. Dentre as que não possuem personalidade, tem-se a sociedade

(A) empresa individual de responsabilidade limitada.

(B) em conta de participação.

(C) simples.

(D) cooperativa.

(E) subsidiária integral.

10. De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.137/1990, tipifica crime funcional a conduta de

(A) deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgãos ou entidade de desenvolvimento.

(B) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

(C) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

(D) exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida.

(E) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.

11. O agente que praticou um delito, sem violência ou grave ameaça à vítima, mas providencia voluntariamente a reparação do dano ou a restituição da coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, será beneficiado pelo instituto penal

(A) do arrependimento posterior, cuja pena será reduzida de um a dois terços.

(B) da descriminante putativa, que receberá a isenção da pena.

(C) do arrependimento eficaz, para só responder pelos atos já praticados.

(D) da desistência eficaz, cuja pena será reduzida de um a dois terços.

(E) da desistência voluntária, para só responder pelos atos já praticados.

12. Em relação ao crime denominado "Fraudes em certames de interesse público", previsto no artigo 311- A do Código Penal, é correto afirmar que

(A) o crime apenas pode ser praticado por funcionário público, ou por funcionário público em conluio com o particular.

(B) comete crime quem divulgar, indevidamente, com o fim de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de vestibular para ingresso no ensino superior de universidade particular.

(C) o tipo penal admite tanto a forma dolosa quanto a forma culposa.

(D) o crime apenas se configurará se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública.

(E) comete crime quem utilizar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, conteúdo sigiloso de qualquer exame ou processo seletivo.

13. Dispõe o Código Penal que comete um dos crimes contra as finanças públicas o agente que

(A) realizar operação de crédito, interno ou externo, mediante prévia autorização legislativa.

(B) executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos trezentos e sessenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

(C) ordenar despesa não autorizada por lei.

(D) autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos semestres do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

(E) promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública, criados por lei ou registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

14. Nos termos da Lei nº 13.869/2019 – Crimes de Abuso de Autoridade, configura crime previsto em Lei a conduta de

(A) prosseguir com o interrogatório de pessoa acompanhada de advogado constituído, que tenha decidido não exercer o direito ao silêncio.

(B) instaurar procedimento investigatório de infração administrativa, em desfavor de alguém, mediante constatação de indícios da prática de infração administrativa.

(C) prosseguir com o interrogatório de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público, após a chegada de seu patrono.

(D) proceder à persecução penal, civil ou administrativa, presentes os indícios de autoria e de materialidade da prática.

(E) constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.

15. Assinale a alternativa correta, conforme disposições insculpidas na Lei nº 7.492/1986 – Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

(A) A pessoa jurídica que oferece serviços referentes a operações com ativos virtuais, inclusive intermediação, negociação ou custódia, não é equiparada à instituição financeira.

(B) A pessoa jurídica que administra seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, não é equiparada à instituição financeira.

(C) A ação penal será promovida pela Receita Federal do Brasil, perante a Justiça Federal.

(D) A pessoa natural que tenha, como atividade profissional, a intermediação de recursos financeiros de terceiros, em moeda estrangeira, ainda que de forma eventual, é equiparada à instituição financeira.

(E) Quando a denúncia não for intentada no prazo legal, o ofendido poderá representar ao Conselho Nacional de Justiça, que deverá designar um órgão do Ministério Público para oferecê-la.

16. Um ente público municipal hipotético apresentou as seguintes informações e saldos financeiros retirados das suas demonstrações contábeis:

Informação	Saldo (em R$)
Despesa orçamentária	11.560.000,00
Pagamento de restos a pagar não processados	50.000,00
Pagamentos de restos a pagar processados	150.000,00
Receita orçamentária	12.500.000,00
Transferências financeiras concedidas	900.000,00
Transferências financeiras recebidas	1.200.000,00

O resultado financeiro líquido do exercício, totalizou, em R$:

(A) 1.040.000,00.

(B) 300.000,00.

(C) 940.000,00.

(D) 1.190.000,00.

(E) 1.240.000,00.

17. Um ente comprou um título de dívida pública, em novembro de 2022, por R$ 9.800,00 e, em virtude de esse instrumento financeiro poder ser liquidado a qualquer momento para suprir o pagamento de obrigações, foi escolhido um título com risco muito baixo.

No final do exercício, foram auferidos R$ 234,00 de rendimentos dessa aplicação financeira. Para o fechamento do Balanço Patrimonial, os contadores do ente verificaram que o título tinha valor de mercado estimado em R$ 10.060,00 em 31.12.2022.

No ente, o registro do rendimento da referida aplicação financeira ocasionará, no sistema patrimonial, o registro de:

(A) variação patrimonial aumentativa no valor de R$ 260,00.

(B) receita orçamentária realizada no valor de R$ 234,00.

(C) variação patrimonial aumentativa no valor de R$ 234,00.

(D) ajuste de avaliação patrimonial positivo no valor de R$ 234,00.

(E) receita orçamentária a realizar no valor de R$ 234,00.

18. Após todo um processo administrativo e jurídico, a autoridade fiscal de um determinado município hipotético assumiu a propriedade de um bem em uma transação sem contraprestação com uma pessoa jurídica de direito privado.

O imóvel localiza-se no centro da cidade e o objetivo do ente municipal é transformá-lo em um edifício comercial e alugar suas salas comerciais, uma vez que não é possível transformar o referido edifício em moradias populares.

O contador público verificou que o edifício estava registrado pelo custo de R$ 900.000,00 e tinha depreciação acumulada de R$ 440.000,00. No sistema integrado de administração municipal, consta que, para fins de cobrança de IPTU, o valor do imóvel é de R$ 750.000,00.

A fim de subsidiar o seu registro contábil no sistema patrimonial, o contador público solicitou que a Secretaria de Patrimônio do Município (SPM) avaliasse o valor de mercado imóvel. Nas notas técnicas elaboradas pela SPM, o valor de mercado do edifício é estimado, em média, em R$ 1.890.000,00.

Considerando as informações dadas, assinale a alternativa que apresenta corretamente a classificação e o valor do imóvel registrado no sistema patrimonial do ente municipal.

(A) Estoque, pelo valor de R$ 1.890.000,00.

(B) Propriedades para Investimento, pelo valor de R$ 1.890.000,00.

(C) Imobilizado, pelo valor de R$ 750.000,00.

(D) Imobilizado, pelo valor R$ 460.000,00.

(E) Propriedades para Investimento, pelo valor de R$ 460.000,00.

Considere as informações a seguir para responder às questões de números **19** a **21**.

Um município localizado na região Sudeste do Brasil realizou investimentos em suas estradas municipais, o que acarretou a melhoria da logística e de transportes da região.

Sabe-se que, em 31 de dezembro de X1, a classe de ativos "estradas municipais" estava registrada pelo valor contábil de R$ 2.450.000,00 e depreciação acumulada de R$ 700.000,00 no sistema contábil municipal.

Baseando-se nos estudos técnicos dos servidores do Departamento de Infraestrutura Terrestre do Município (DITM), em janeiro de X2, o contador entendeu que o potencial de serviços das estradas, após as melhorias realizadas, estava estimado em R$ 4.670.000,00 e, após várias análises de diversas instâncias, o ente resolveu reavaliar essa classe de ativos.

No início de janeiro de X2, momento da reavaliação, o contador da entidade estabeleceu, com base nos estudos técnicos do DITM, que a classe de ativos "estradas municipais" deveria ser depreciada, de forma linear, sem valor residual, por 20 anos.

19. No momento do registro inicial da reavaliação, deverá ser creditado ativo imobilizado do ente o valor, em R$, de

(A) 2.220.000,00.

(B) 1.750.000,00.

(C) 2.450.000,00.

(D) 700.000,00.

(E) 2.920.000,00.

20. A valorização das estradas municipais em virtude da reavaliação deverá ser registrada, no sistema patrimonial, como:

(A) variação patrimonial aumentativa, pelo valor de R$ 2.220.000,00.

(B) capital integralizado, pelo valor de R$ R$ 2.220.000,00.

(C) variação patrimonial aumentativa, pelo valor de R$ 2.920.000,00.

(D) receita realizada, pelo valor de R$ 2.220.000,00.

(E) reserva de reavaliação, pelo valor de R$ 2.920.000,00.

21. Considerando a necessidade da depreciação dos ativos reavaliados, é correto afirmar que

(A) não haverá registro de depreciação acumulada, uma vez que os ativos foram objeto de reavaliação.

(B) a depreciação anual das estradas municipais será de R$ 111.000,00.

(C) a reserva de reavaliação deverá ser realizada em R$ 23.500,00 anualmente.

(D) a depreciação anual das estradas municipais será de R$ 146.000,00.

(E) a reserva de reavaliação deverá ser testada por ajuste a valor recuperável anualmente.

22. De acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, o montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor, é o conceito de

(A) Custo de Liberação.

(B) Custo Histórico.

(C) Valor de Mercado.

(D) Preço Presumido.

(E) Custo do Cumprimento da Obrigação.

23. A espécie mais usual de renúncia de receita conhecida como a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido é

(A) a anistia.

(B) o crédito presumido.

(C) o confisco.

(D) a isenção.

(E) a remissão.

24. Um município possui despesa de pessoal do poder executivo no valor de R$ 5.400.000,00. Considerando que este valor é o limite da despesa com pessoal, autorizada pelo Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que a receita corrente líquida desse ente é, em R$, de aproximadamente:

(A) 10.000.000,00.

(B) 16.667.000,00.

(C) 21.333.000,00.

(D) 9.000.000,00.

(E) 7.715.000,00.

25. A entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde é:

(A) Termo de Execução Descentralizado.

(B) Transferência Voluntária.

(C) Receita de Serviço.

(D) Operação de Crédito.

(E) Concessão de Crédito.

Conhecimentos em Economia e Finanças Públicas

26. Considerando que Qd = f (p) (quantidade da demanda em função do preço) quando outras variáveis se alteram, como, por exemplo, a renda do consumidor, ocorre um deslocamento

(A) da curva de oferta.

(B) da curva de demanda.

(C) no mapa de isocustos.

(D) ao longo da curva de demanda.

(E) no mapa de isoquantas.

27. Quando a demanda de um bem é considerada preço – inelástica, a mudança da quantidade é

(A) proporcionalmente maior do que a variação do preço.

(B) unitária com relação à quantidade da oferta.

(C) constante com relação à variação do preço.

(D) unitária com relação à quantidade da demanda.

(E) proporcionalmente menor do que a variação do preço.

28. Para produzir uma certa quantidade (Q) de um bem, uma firma gasta com custo fixo (CF) $150,00, além de um custo variável (CV) que corresponde a $CV = 2Q^2$.

Nessa situação hipotética, o custo médio total (CMT) da firma na produção de 15 unidades é igual a:

(A) $40,00

(B) $35,00

(C) $25,00

(D) $45,00

(E) $30,00

29. O objetivo principal do jogo denominado Dilema dos Prisioneiros é mostrar

(A) a possibilidade de obter lucros elevados com a concorrência perfeita.

(B) a necessidade da concorrência perfeita para maximizar os lucros.

(C) que a determinação dos preços e das quantidades depende da intervenção do governo.

(D) a dificuldade em se conseguir a cooperação, mesmo quando há benefício para todos.

(E) que as empresas podem confiar nas ações de seus concorrentes, mesmo no mercado oligopolista.

30. As falhas de mercado na forma de externalidade ocorrem na medida em que

(A) o mercado não consegue atingir o equilíbrio.

(B) os benefícios excedem os custos de consumir os bens.

(C) nem todos os custos e benefícios estão incluídos nos preços dos bens.

(D) o preço reflete exatamente no valor do bem em questão.

(E) os custos de produção estão incluídos no preço dos bens.

31. Uma empresa monopolista ao vender um produto espera maximizar seu lucro. Isto posto, a empresa deve produzir uma certa quantidade que o custo marginal seja igual

(A) à receita total.

(B) à quantidade produzida.

(C) ao custo médio.

(D) ao preço de equilíbrio.

(E) à receita marginal.

32. O Produto a preços de mercado diferencia-se do Produto a custo de fatores pela importância correspondente ao valor

(A) dos impostos indiretos deduzida a inflação.

(B) dos impostos indiretos deduzidos os subsídios.

(C) da renda líquida enviada ao exterior após descontar os impostos.

(D) dos subsídios deduzida a inflação.

(E) da renda líquida recebida do exterior após descontar a depreciação.

33. As doações feitas pelo governo brasileiro aos desabrigados da Ucrânia por ocasião da guerra são contabilizados como débito

(A) na conta remessa de fundos.

(B) em transferências unilaterais correntes.

(C) em exportações em espécie.

(D) na conta capital.

(E) na conta serviços públicos.

34. No regime de câmbio flutuante, o efeito da política monetária expansionista

(A) aumentará a taxa de juros e não terá efeito sobre a renda real da economia.

(B) somente aumentará a renda se BP for mais inclinada que LM.

(C) aumentará a renda qualquer que seja a inclinação de BP ou LM.

(D) não aumentará a renda mas diminuirá a taxa de juros.

(E) será pior no sentido de aumentar a renda comparada ao regime de câmbio fixo.

35. Um fator considerado causador da inflação de custos seria

(A) o aumento dos investimentos com financiamento externo.

(B) a elevação das exportações e queda nas importações.

(C) a expansão da oferta monetária em termos reais.

(D) o aumento dos gastos do governo sem aumento da tributação.

(E) a desvalorização real da taxa de câmbio.

36. Suponha que o preço do feijão carioca, em 2022, era de R$ 4,30 o quilo e, em julho de 2023, chegou no valor de R$ 8,22, o quilo. A variação percentual e o multiplicador são, respectivamente:

(A) 90,19% e 190,19

(B) 91,16% e 191,16

(C) 191,16% e 2,9116

(D) 91,16% e 1,9116

(E) 90,16% e 1,9016

37. Entre as alternativas a seguir, uma delas foi parte integrante na implementação do Plano Real, qual seja:

(A) adoção da URV.

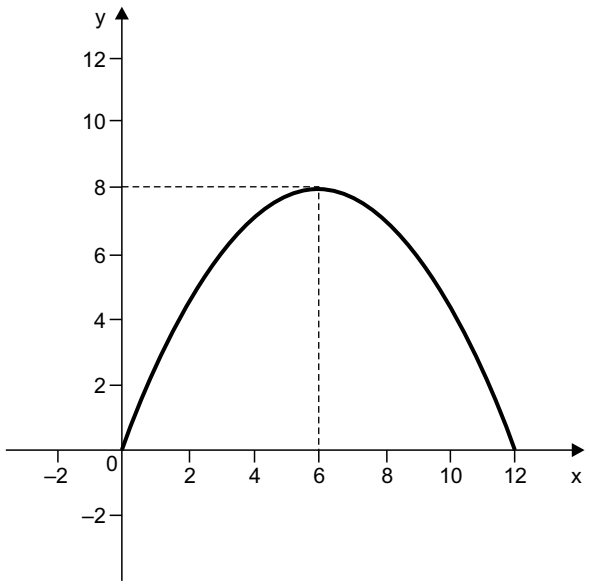
(B) adoção da URP.

(C) adoção do chamado “gatilho salarial”.

(D) criação da BTN.

(E) congelamento de preços e salários.

38. O gráfico a seguir mostra uma curva de Laffer, sendo que x está medido em percentual e y em milhões de reais.



Assinale a alternativa que melhor interpreta o gráfico.

(A) A arrecadação do imposto cresce até a alíquota de 12%, caindo a partir desse patamar.

(B) A arrecadação máxima do imposto, que é de R$ 8 milhões, começa a cair para alíquotas superiores a 6%.

(C) Uma taxa de inflação de 12% ao ano representa um aumento de custo para o trabalhador da ordem de R$ 8 milhões.

(D) A taxa de desemprego de 6% representa uma perda de massa salarial da ordem de R$ 8 milhões.

(E) O custo social da inflação pode atingir R$ 8 milhões de reais se a taxa de inflação chegar a 6% ao ano.

39. Indignado com a forma como é cobrado o IPTU em seu município, que, segundo ele, não atende ao princípio da capacidade contributiva, o prefeito de uma determinada cidade anunciou, ao tomar posse, um aumento no IPTU, proporcional ao valor da propriedade, a entrar em vigor no ano seguinte. Ao fazer o anúncio, no entanto, o prefeito pode ter violado o princípio da

(A) igualdade.

(B) anterioridade.

(C) vedação do confisco.

(D) legalidade.

(E) irretroatividade.

40. Um novo governo assume e pretende criar três novos impostos, em razão de promessas feitas em campanha: um imposto sobre planos de saúde, visando arrecadar fundos para direcioná-los a hospitais beneficentes; um imposto sobre heranças, para financiar o programa de renda mínima que pretende introduzir e o imposto sobre produtos que tem comprovadamente substâncias cancerígenas, visando reduzir o consumo desses bens. A natureza desses impostos é, respectivamente:

(A) extrafiscal, parafiscal e fiscal.

(B) parafiscal, extrafiscal e fiscal.

(C) parafiscal, fiscal e extrafiscal.

(D) extrafiscal, fiscal e parafiscal.

(E) fiscal, extrafiscal e parafiscal.

41. A tabela a seguir mostra o quanto cada indivíduo paga de um determinado imposto, de acordo com a sua renda:

Renda	Imposto
R$ 1000	R$ 200
R$ 2000	R$ 350
R$ 5000	R$ 500
R$ 10000	R$ 600

Este imposto é:

(A) regressivo, porque quem ganha mais, paga proporcionalmente menos.

(B) regressivo, porque quem ganha mais, paga proporcionalmente mais.

(C) neutro, porque quem ganha mais, paga mais.

(D) progressivo, porque quem ganha mais, paga mais.

(E) progressivo, porque quem ganha mais, paga proporcionalmente menos.

42. De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 164, a competência da União para emitir moeda será exercida, exclusivamente:

(A) pela Secretaria da Receita Federal.

(B) pela Casa da Moeda.

(C) pela Caixa Econômica Federal.

(D) pelo Banco Central.

(E) pelo Ministério da Fazenda.

43. Quanto à execução da despesa pública, dos estágios presentes na Lei nº 4.320/64, aquele em que se verifica que o governo recebeu aquilo que comprou, isto é, quando se confere que o bem foi entregue corretamente ou que a etapa da obra foi concluída como previsto, é denominado:

(A) pagamento.

(B) liquidação.

(C) empenho.

(D) verificação.

(E) balanceamento.

44. Dívida Mobiliária consiste em:

(A) dívidas contraídas por meio de empréstimos e financiamentos internos e externos, e do parcelamento e renegociação de dívidas de tributos e outros.

(B) valores resultantes de a assunção de dívidas que não decorram de contratos.

(C) precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

(D) compromissos financeiros assumidos em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título e aquisição financiada de bens.

(E) dívida pública representada por títulos emitidos pela respectiva esfera de governo.

45. Antes da Constituição de 1988, o orçamento federal era dividido em três: Orçamento Fiscal, Monetário e das Estatais. Um princípio orçamentário que não era observado era, portanto, o princípio do(a):

(A) não vinculação das receitas.

(B) anualidade.

(C) equilíbrio.

(D) publicidade.

(E) unidade.

As informações que se seguem serão utilizadas para responder às questões de números **46** a **50**.

A Cia ABC apresentou o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL DA CIA ABC EM 31/12/2022

	2021	2022	Variação		2021	2022	Variação
Circulante				Circulante			
Caixa	250.000,00	250.000,00	0,00	Fornecedores	1.000.000,00	820.000,00	-180.000,00
Bancos	450.000,00	300.000,00	-150.000,00	Salários a Pagar	700.000,00	500.000,00	-200.000,00
Aplicações Financeiras (60 dias)	400.800,00	1.200.000,00	799.200,00	Duplicatas Descontadas	38.600,00	0,00	-38.600,00
Clientes	100.000,00	150.000,00	50.000,00	Empréstimos - CP	200.000,00	400.000,00	200.000,00
(-) Perda Estimada de Liquidação Duvidosa	-1.500,00	-2.000,00	-500,00	Dividendos a pagar	200.000,00	0,00	-200.000,00
Estoques	700.000,00	300.000,00	-400.000,00				
Não Circulante							
Clientes - LP	200.000,00	100.000,00	-100.000,00	Não Circulante			
(-) Perda Estimada de Liquidação Duvidosa - LP	-2.300,00	-2.300,00	0,00	Financiamento - LP	700.000,00	650.000,00	-50.000,00
(-) Ajuste a valor presente	-3.400,00	-2.400,00	1.000,00				
Propriedades para investimento	300.000,00	320.000,00	20.000,00				
Participação em coligada	1.000.000,00	1.200.000,00	200.000,00				
Imobilizado	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	Patrimônio Líquido			
(-) Depreciação Acumulada	-40.000,00	-60.000,00	-20.000,00	Capital Subscrito	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
Intangível	500.000,00	500.000,00	0,00	Reserva de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
(-) Amortização acumulada	-15.000,00	-30.000,00	-15.000,00	Reservas de Lucros	0,00	853.300,00	853.300,00
Total	**5.838.600,00**	**6.223.300,00**		**Total**	**5.838.600,00**	**6.223.300,00**	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DA CIA ABC EM 2022

Receita líquida	2.500.000,00
Custo da mercadoria vendida	1.090.000,00
(=) Lucro bruto	1.410.000,00
Despesa com depreciação	20.000,00
Despesa com amortização	15.000,00
Despesa com salários	500.000,00
Despesas administrativas gerais	230.000,00
Despesa com perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	500,00
Receita financeira	2.450,00
Despesa financeira	2.000,00
Resultado da equivalência patrimonial	200.000,00
Ganho na valorização de investimentos	20.000,00
(=) Resultado antes do IR e CSLL	864.950,00
Despesa com IR e CSLL correntes	11.650,00
(=) Resultado líquido	853.300,00

Sabe-se que a Cia ABC adota as seguintes políticas contábeis para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto:

- Juros pagos e recebidos são classificados como atividades operacionais.
- Duplicatas descontadas são classificadas como atividades operacionais.
- Dividendos pagos são classificados como atividades de financiamento.
- As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

Em 2022, as receitas financeiras foram recebidas e as despesas com juros não foram pagas.

46. Em módulo, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais totalizou, em R$:

(A) 701.200,00.

(B) 0,00.

(C) 50.000,00.

(D) 699.200,00.

(E) 649.200,00.

47. Em módulo, o Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento totalizou, em R$:

(A) 0,00.

(B) 50.000,00.

(C) 220.000,00.

(D) 699.200,00.

(E) 701.200,00.

48. Em 2022, foram adquiridas mercadorias no valor, em R$, de:

(A) 690.000,00.

(B) 0,00.

(C) 200.000,00.

(D) 1.090.000,00.

(E) 400.000,00.

49. No período, o valor total pago de salários foi, em R$:

(A) 200.000,00.

(B) 1.400.000,00.

(C) 700.000,00.

(D) 0,00.

(E) 500.000,00.

50. Assinale a alternativa correta sobre a Cia ABC no exercício de 2022.

(A) Adquiriu R$ 20.000,00 em propriedades para investimento.

(B) Desembolsou R$ 200.000,00 com pagamento de dividendos.

(C) Pagou R$ 1.053.000,00 em dividendos.

(D) Comprou participações em outras companhias no valor de R$ 200.000,00.

(E) Perdeu efetivamente R$ 500,00 de clientes em virtude de incobráveis.

As informações que se seguem serão utilizadas para responder às questões de números **51** a **54**.

A Cia Fazendária S.A emitiu 20.000 debêntures subordinadas simples pelo valor nominal de R$ 650,00 cada em 31/12/20X0.

Sabe-se que as debêntures:
- não são conversíveis em ações;
- serão atualizadas monetariamente anualmente pelo IPCA;
- terão pagamento realizado em uma única vez, na data do vencimento, que está estabelecida em 31/12/20X2;
- a taxa de juros nominal é de 12% ao ano (juros compostos).

Para que os títulos de dívida fossem negociados no mercado, a empresa contratou uma instituição financeira líder da operação, a qual cobrou 8%, sobre o valor nominal total, pela colocação dos papéis.

Em virtude das condições vantajosas apresentadas pela Cia Fazendária no prospecto das debêntures, os investidores pagaram prêmio de R$ 30,00 por debênture na data da colocação.

51. O valor captado líquido, em R$, em 31/12/20X0 foi de:

(A) 13.000.000,00.

(B) 13.600.000,00.

(C) 11.960.000,00.

(D) 0,00.

(E) 12.560.000,00.

52. Os encargos financeiros totais, em R$, da operação totalizam:

(A) 3.307.200,00.

(B) 2.707.200,00.

(C) 440.000,00.

(D) 3.747.200,00.

(E) 4.347.200,00.

53. Em 20X1, a despesa com encargos financeiros reconhecida 20X1 totalizou, em R$:

(A) 452.586,80.

(B) 261.107,77.

(C) 1.751.479,03.

(D) 2.012.586,80.

(E) 1.560.000,00.

54. Considerando um IPCA de 3,5% entre 01/01/X1 e 31/12/X1, o saldo de debêntures a pagar em 31/12/X1 totalizou, em R$:

(A) 15.015.000,00.

(B) 14.766.479,00.

(C) 16.762.200,00.

(D) 14.560.000,00.

(E) 13.455.000,00.

As informações que se seguem serão utilizadas para responder às questões de números **55** e **56**.

A SMGE S.A, uma empresa de capital aberto, apresentou o seguinte patrimônio líquido contábil em 31/12/2022:

Patrimônio Líquido

Capital subscrito	13.400.000,00
Ágio na emissão de ações	600.000,00
Reserva legal	600.000,00
Reserva estatutária	1.500.000,00
Total	**1.500.000,00**

Em 31/12/2022, a SMGE possuía 1.000.000 ações, todas ordinárias, emitidas e em circulação.

Em fevereiro de 2023, durante a Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovada a recompra de 80.000 ações para satisfazer a obrigação de conversão de debêntures conversíveis em ações em outubro de 2023. Os acionistas ratificaram o uso da reserva estatutária, criada anteriormente para esse fim, para fazer jus ao programa de recompra de ações.

Em 06 de maio de 2023, a SMGE adquiriu 80.000 ações ordinárias no mercado secundário pelo valor de R$ 15,50 cada.

55. Desconsiderando o efeito de quaisquer custos de transação, assinale a alternativa que apresenta o registro contábil da transação ocorrida 06/05/2023.

(A) D: Reserva estatutária 1.240.000,00
C: Ações em tesouraria 1.240.000,00.

(B) D: Capital subscrito 1.240.000,00
C: Bancos 1.240.000,00.

(C) D: Ágio na emissão de ações 1.240.000,00
C: Bancos 1.240.000,00.

(D) D: Ações em tesouraria 1.240.000,00
C: Bancos 1.240.000,00.

(E) D: Reserva estatutária 1.240.000,00
C: Bancos 1.240.000,00.

56. Considerando as Demonstrações Contábeis Trimestrais relativas ao 2º trimestre de 2023 (30/06/2023), é correto afirmar que o saldo de reserva estatutária totalizou, em R$:

(A) 260.000,00.

(B) 1.500.000,00.

(C) 1.240.000,00.

(D) 0,00.

(E) 2.740.000,00.

57. Uma companhia aberta possui o patrimônio líquido composto por R$ 800.000,00 de capital subscrito, R$ 200.000,00 de ágio na emissão de ações, R$ 100.000,00 de bônus de subscrição e reserva legal no valor de R$ 120.000,00 em 31/12/2021.

Considerando que a companhia apresentou lucro líquido de R$ 400.000,00 em 2022, é correto afirmar que a reserva legal

(A) poderá ser constituída no valor máximo de R$ 40.000,00.

(B) não pode ser constituída no exercício de 2022.

(C) possui constituição facultativa até o limite de R$ 10.000,00.

(D) deverá ser obrigatoriamente constituída no valor de R$ 20.000,00.

(E) deverá ser obrigatoriamente constituída no valor de R$ 10.000,00.

58. O departamento jurídico de uma empresa apresentou o *status* dos processos judiciais que entraram na carteira em dezembro de 2022 e nos quais a entidade é ré:

	31/12/2022		31/03/2023
Remoto	100.000,00	Remoto	120.000,00
Possível	70.000,00	Possível	60.000,00
Possível	120.000,00	Possível	120.000,00
Provável	80.000,00	Provável	120.000,00

Considerando as informações apresentadas, é correto afirmar que

(A) em 31/03/2023, a empresa reverteu R$ 10.000,00 de provisão relativo ao processo 02.

(B) em 31/12/2022, a empresa reconheceu uma provisão no valor de R$ 270.000,00.

(C) em 31/12/2022, a empresa reconhece uma provisão no valor de R$ 370.000,00.

(D) não houve alteração no saldo de provisões de 31/03/2023 em relação a 31/12/2022.

(E) em 31/03/2023, a empresa reconheceu despesa com provisão no valor de R$ 40.000,00.

59. Uma empresa adquiriu à vista uma máquina pelo valor de R$ 780.000,00. Sabe-se que para que a máquina fosse instalada, a entidade incorreu em R$ 25.000,00 de gastos adicionais.

Sabe-se que em 01/04/2023, a entidade utilizou a máquina pela primeira vez. Considerando que a máquina possui valor residual de 15% e, segundo fabricante, em condições normais de uso pode ser depreciada linearmente com vida útil de 20 anos, pode-se afirmar que a despesa de depreciação anual relativa ao exercício de 2023 está estimada, em R$, no valor de

(A) 30.187,50.

(B) 28.510,04.

(C) 34.212,50.

(D) 25.659,38.

(E) 57.020,80.

60. A operação ou evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação, é conceito de

(A) Controle conjunto.

(B) Combinação de negócios.

(C) Investimento permanente.

(D) Consolidação.

(E) Negócios controlados em conjunto.

As informações que se seguem serão utilizadas para responder às questões de números **61** a **63.**

A Cia A tem 70% da Cia B. Sabe-se que no exercício de 2022, ocorreu uma transação operacional entre A e B.

Em 05/08/2022, B vendeu a prazo para A 1.000 mercadorias por R$ 5.500,00. Sabe-se que essas mercadorias estavam registradas em B pelo valor de R$ 4.000,00. Sabe-se que em 10/11/2022, a Cia A vendeu as 60% das mercadorias adquiridas de B para terceiros pelo valor de R$ 6.000,00.

A seguir são apresentados os papéis de trabalho para consolidação com os saldos do Balanço Patrimonial em 31/12/2022 e da Demonstração de Resultado de Exercício relativa a 2022, a saber, demonstrações contábeis individuais.

Papéis de Trabalho – Balanço Patrimonial em 31/12/2022

	A		**B**	
	D	**C**	**D**	**C**
Caixa	311.000,00		100.000,00	
Bancos	1.000.000,00		130.000,00	
Clientes	205.000,00		200.000,00	
Dividendos a receber	84.000,00		0,00	
Estoques	1.650.000,00		1.280.000,00	
Investimento em controlada B	958.400,00		0,00	
Imobilizado	500.000,00		100.000,00	
Fornecedores		300.000,00		100.000,00
Salários a pagar		600.000,00		20.000,00
Dividendos a pagar		62.400,00		120.000,00
Empréstimos		600.000,00		200.000,00
Capital Subscrito		2.500.000,00		1.000.000,00
Reservas de Capital		416.000,00		300.000,00
Reservas de Lucro		230.000,00		70.000,00
Total	**4.708.400,00**	**4.708.400,00**	**1.810.000,00**	**1.810.000,00**

Papéis de Trabalho – Demonstração de Resultado de 2022

	A	**B**
Receita líquida	1.200.000,00	1.000.000,00
(-) Custo da mercadoria vendida	-1.020.000,00	-800.000,00
(=) Lucro bruto	180.000,00	200.000,00
(-) Despesas de vendas e administrativas	-20.000,00	-10.000,00
(+) Receita de equivalência patrimonial	132.400,00	0
(=) Resultado líquido	292.400,00	190.000,00

61. O saldo do patrimônio líquido no Balanço Patrimonial Consolidado, relativo aos não controladores, totalizou, em R$:

(A) 2.202.200,00.

(B) 1.370.000,00.

(C) 3.146.000,00.

(D) 959.000,00.

(E) 411.000,00.

62. O resultado líquido evidenciado na Demonstração de Resultado do Exercício atribuído aos não controladores totalizou, em R$:

(A) 180.000,00.

(B) 200.000,00.

(C) 57.000,00.

(D) 292.400,00.

(E) 379.400,00.

63. O saldo da conta estoques no Balanço Patrimonial Consolidado totalizou, em R$:

(A) 2.929.400,00.

(B) 2.930.000,00.

(C) 1.290.800,00.

(D) 1.650.000,00.

(E) 1.280.000,00.

64. Quando uma empresa aumenta seus gastos fixos, isso acarreta

(A) diminuição do seu custo unitário pelo método por absorção.

(B) aumento da sua margem de contribuição unitária.

(C) aumento do seu lucro líquido.

(D) aumento do seu ponto de equilíbrio.

(E) diminuição dos seus custos evitáveis.

65. Possui impacto no resultado abrangente de uma empresa privada:

(A) perda por ajuste a valor recuperável de ativo imobilizado.

(B) valorização de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(C) variação cambial de investimentos em coligadas no exterior.

(D) reconhecimento de déficit atuarial proveniente de plano pós-emprego do tipo contribuição definida.

(E) ganho na valorização de propriedades para investimentos.

Gestão Pública Contemporânea

66. Uma boa prática e a definição de papéis e responsabilidades estão entre os passos a serem dados para a boa gestão de riscos nas organizações. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem difundido a abordagem de linhas de defesa do IIA para o gerenciamento de riscos eficaz na administração pública.

Como linhas de defesa ou instâncias desse modelo, podem-se considerar como relevantes:

(A) duas linhas – a da alta administração, balizadora dos programas ou projetos de gestão de riscos e a da auditoria interna e externa.

(B) três linhas – conselhos consultivos de gestão de riscos, auditoria interna e externa e representantes da sociedade no setor ou atividade.

(C) duas linhas – a de ação gerencial, responsável pela eficiência e busca de resultados, e a de auditoria, com o papel de avaliar o processo de gestão de riscos.

(D) três linhas – a dos gestores, a de suporte técnico e de monitoramento de riscos relevantes, auditoria interna e comunicação para alta administração e governança.

(E) duas linhas – a de responsabilização interna da Administração Pública e a do coletivo, com representantes da sociedade no setor ou atividade.

67. A admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho e o treinamento sistemático são características

(A) estratégicas da área de RH, vinculadas a processos de admissão e performance.

(B) da gestão pública municipal, um modelo para replicar em outras instâncias.

(C) de um modelo contemporâneo de gestão pública, oriundo dos EUA.

(D) essenciais e próprias dos fundamentos do modelo gerencial.

(E) comuns dos modelos burocrático e gerencial existentes na Administração Pública.

68. Um dos passos dados na evolução da administração pública brasileira, como a busca por mudanças na crescente burocratização do Estado, foi:

(A) a elaboração de novas formas de atuação na gestão de políticas públicas, como foco norteador de Planos Plurianuais e outros mecanismos de planejamento.

(B) o surgimento da COSB – Comissão de Simplificação Burocrática, da SEMOR – Secretaria de Modernização da Reforma Administrativa, entre outros.

(C) a introdução de sistemas de gestão de qualidade e a sistematização de difusão de boas práticas de gerenciamento entre órgãos e departamentos administrativos.

(D) o de fixar metacontroles em processos, como forma de controlar a burocratização e criar metodologias para o desenvolvimento de boas práticas administrativas.

(E) o empenho de Vargas no combate da burocratização do Estado e de um passado patrimonialista no âmbito da administração pública brasileira.

69. Havendo um caso de violação no tratamento de dados pessoais num ente público, devidamente comprovado, conforme a Lei Federal nº 13.709/2018,

(A) cumpre divulgar a sentença que respeite a anonimização de dados referentes aos agentes públicos envolvidos e traga um sumário do processo de violação.

(B) o órgão responsável expedirá, no prazo de 30 dias, as instruções para efetivar o ressarcimento de danos pelo poder público.

(C) há a responsabilização plena da instituição e consequente ressarcimento de danos, segundo dispositivos estabelecidos em normas complementares.

(D) há responsabilização solidária pelos danos causados pelo operador da informação, mesma hipótese podendo ser aplicada ao controlador.

(E) obriga-se o órgão público a fazer auditoria de processos e mecanismos de controle, com o objetivo de evitar situações iguais ou assemelhadas com o caso.

70. Sobre a ferramenta PDCA, é correto afirmar que:

(A) foi criada por Deming, estatístico norte-americano que, em suas visitas ao Japão, elaborou o ciclo PDCA para atuar em programas de melhoria de controle e processos.

(B) era um ciclo de cinco partes, sendo o de avaliação e acompanhamento posteriormente alterado para uma etapa de ação.

(C) foi concebida como framework de gestão de qualidade, fazendo parte do ferramental idealizado no Japão nos anos 1950.

(D) é utilizado em indústrias de base, como instrumento de planejamento, para utilização com outras ferramentas como Kanban e 5s.

(E) foi elaborada inicialmente por Shewhart, estatístico norte-americano, e continha três passos: especificação, produção e inspeção.

71. Assinale a alternativa que apresenta uma definição possível para agência reguladora no Brasil e um exemplo de instituição, assim qualificada na administração pública federal.

(A) Autarquias em regime jurídico próprio, criadas para gerir e controlar atividades determinadas; um exemplo: o INMETRO.

(B) Autarquias em regime especial, criadas para disciplinar e controlar atividades determinadas; um exemplo: a ANAC.

(C) Autarquias de direito privado, com finalidades públicas no atendimento a setores da sociedade; um exemplo: a ANACE.

(D) Fundações ou autarquias, com finalidades públicas, reguladas por legislação específica; um exemplo: a ANATEL.

(E) Autarquias ou Fundações Públicas, com *status* de agência, destinadas a exercer atividades estatais; um exemplo: o INMETRO.

72. A etapa que se segue ao uso do PDCA, após terem sido feitas mudanças em um processo administrativo de emissão e controle de documentos, tornando-as sistematizadas, é

(A) uma nova etapa de planejamento, em outro projeto ou no mesmo.

(B) a etapa de checagem, avaliando o aproveitamento do planejado e realizado.

(C) a comunicação a ser feita em rede sobre melhorias e procedimentos.

(D) a etapa de inovação, de forma a incrementar a produtividade.

(E) a avaliação para documentação do processo de mudança.

73. São exemplos de indicadores de desempenho úteis para prefeituras municipais nas áreas de transportes, saúde ou meio ambiente:

(A) número de passageiros sem transporte / número de registro de veículos de porte leve e pesado; número de leitos em hospitais ou unidades de saúde / taxa de mortalidade por período.

(B) subsídios em transporte para pessoas em situação de vulnerabilidade / total de tempo médio com transporte público; medição da qualidade do ar no período X / período Y.

(C) número de registro de veículos e motocicletas no período X/ período X-1; total da população atendida por convênios / total da população do município.

(D) idade média de bicicletas descartadas no período X/ período X-1; volume total de água desperdiçada / volume total de consumo de água.

(E) tempo de parada de transporte público por veículo nos percursos oferecidos no município; proporção de áreas asfaltadas (impermeabilizadas) / área coleta seletiva de lixo (km).

74. A participação social, como mecanismo de visibilidade ampla de demandas sociais e de exercício democrático, traz um duplo desafio para a capacidade de intervenção estatal.

Considerando a afirmação apresentada, assinale a alternativa correta.

(A) De um lado a participação ocorre num espaço crescentemente politizado, com disputas, nas quais se concentram esforços de construção de mediação e de composição de interesses, de outro, a ampliação de demandas em prol de maior equidade pressupõe maior ação do Estado.

(B) A participação se dá por meio de movimentos populares e pela captação da opinião pública em sessões de audiências específicas sobre temas de políticas púbicas, valendo-se, também, de estudos técnicos e determinações do Estado para fazer frente às demandas socioambientais.

(C) Uma parte da participação se dá pelas ações legislativas, que se voltam a preparar embasamento técnico para a consolidação de projetos de lei fundados em ações populares, outra parte se valendo de estudos técnicos e determinações do Estado para fazer frente às demandas socioambientais.

(D) A participação se dá de forma mais ordenada, com conselhos executivos e deliberativos, valendo-se, também, da manifestação da sociedade em geral, por meios eletrônicos e captação de demandas e de iniciativas da sociedade.

(E) A participação se dá por meio de ações do poderes executivos, de qualquer esfera, tomando por base as boas práticas de planejamento e avaliação de políticas públicas, sendo complementadas por informações e dados advindos da participação popular para debate e deliberações sobre as políticas atuais e outras proposições.

75. Existem, na atualidade, uma série de modelos de gestão de riscos conhecidos internacionalmente, a exemplo, o COSO-ERM, a ISO 31000 e o RMS da FERMA.

Em relação a este último modelo, é correto afirmar que:

(A) considera que os riscos devem ter proprietários, e que a organização deve estabelecer critérios contra os quais os riscos são comparados.

(B) valoriza a auditoria interna, provendo avaliações independentes sobre a eficácia da governança e do gerenciamento e controle de riscos internos.

(C) prevê a realização obrigatória de ao menos uma avaliação anual e incorpora elementos de governança de riscos de Tecnologia de Informação.

(D) prevê a gestão de riscos como sistemática, feita sob medida, como parte da tomada de decisões e facilitadora da melhoria contínua.

(E) possui componentes relacionados à definição de objetivos, além do apetite para riscos e tolerância a estes.

76. A organização responsável pela publicação do Guia GOV 9130 e 9100, objetivando prover modelos e mecanismos para gestão e controle de riscos aplicáveis a área pública, é:

(A) Governo da África do Sul - KING III.

(B) Comitê COSO – IC.

(C) Comitê COSO – ERM.

(D) INTOSAI.

(E) IIA.

77. A conduta de um servidor público deve pautar-se em regras que sustentam a ética nas funções públicas. Em linhas gerais, as regras de conduta são classificadas como:

(A) prioridades, que devem ser as principais; e secundárias, que são apêndices ou anexos.

(B) obrigatórias, que são prioritárias; e facultativas, que são ou não utilizadas.

(C) obrigatórias, que são prioritárias; e eletivas, que podem ser úteis pontualmente.

(D) imperativas, que proíbem ou ordenam; e eletivas, pertencentes à cultura local.

(E) imperativas, que proíbem ou ordenam; e construtivas, que instruem a fazer a coisas.

78. Ao longo das últimas décadas no Brasil, observa-se a progressão do modelo de governo eletrônico, com a evolução de tecnologias de informação e comunicação (TICs), transformando-se em digital.

Um marco dessa mudança na administração pública federal foi:

(A) em 2015, o lançamento do Modelo de Software Público, trazendo garantias para políticas de registro e usabilidade de softwares.

(B) a criação, em 2021, do programa Startup.Gov.br, acelerando o desenvolvimento de projetos de transformação digital.

(C) em 2018, após anos de intensa informatização dos processos internos de trabalho, é lançada a Estratégia de Governança Digital.

(D) em 2018, o Sistema de Registros de Preços foi instituído, estabelecendo procedimentos para futuras contratações de serviços e aquisição de bens.

(E) o estabelecimento, em 2012, do Sistemas de Convênios (Siconv) que passou a atender todo o ciclo de transferências de recursos voluntários.

79. Há vários sistemas que classificam os indicadores sociais na literatura de monitoramento e avaliação de políticas públicas. O mais utilizado é a divisão dos indicadores segundo a área temática ou setor da realidade social a que se referem. Um outro sistema bastante útil é a diferenciação dos indicadores pelo processo produtivo ou gerencial da política pública, o qual abrange:

(A) o índice de desenvolvimento, o índice de vulnerabilidade e o índice de qualidade.

(B) os indicadores demográficos, econômicos, etários e de gênero.

(C) o indicador-insumo, o indicador-processo, o indicador-resultado e o indicador-impacto.

(D) o indicador-base, o indicador-intermediário, o indicador-fim e o indicador-validação.

(E) o indicador-público, o indicador-recursos, o indicador-meta e o indicador-benefício.

80. Uma sanção referente a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em função de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei nº 12.527/2011, e que poderá também ser acompanhada por multa, é:

(A) a declaração de não idoneidade para licitar ou contratar com a área pública, até a promoção de reabilitação.

(B) a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.

(C) incorrer em ação por danos morais ao órgão público e eventuais terceiros, além de sindicância referente à demanda.

(D) a auditoria de contratos vigentes e passados entre o agente público, empresa ou pessoa física, com a suspensão do vigente.

(E) a suspensão imediata de contratos vigentes e encaminhamento a autoridades de segurança pública dos fatos e autores para averiguação.

Confidencial até o momento da aplicação.